

Discurso de ÁLVARO CUNHAL

no Comício do Partido Comunista Português
no PORTO, em 22/6/74



Camaradas:

Permiti que comece por saudar em nome do Comité Central, a Direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português, organizadora deste Comício.

Permiti que através da Direcção Regional saúde todas as organizações e militantes do Norte que mostraram no tempo do fascismo e continuam a mostrar nos dias de hoje a sua boa organização, a sua iniciativa e a sua estreita ligação com as massas populares. Saúdo com particular alegria os milhares de novos militantes que agora vêm ao Partido Comunista Português e que, nas novas condições de luta, serão (como confiamos) dignos das tradições gloriosas do Partido.

Permiti ainda que saúde os convidados a este Comício, nossos companheiros de luta (representantes do Partido Socialista, representantes do Movimento Democrático do Porto, assim como o Partido Popular Democrático aos quais reafirmo que a política de unidade é uma constante da actividade do Partido Comunista.

A todos desejo grandes êxitos no trabalho, e que continuem a dar, como até hoje têm dado, a sua indispensável contribuição à complexa tarefa de liquidar definitivamente o fascismo e de prosseguir a democratização da sociedade portuguesa até à realização de eleições livres.

Camaradas:

Na nova situação em que vivemos desde o 25 de Abril, não só não terminou, como necessita de ser intensificada, a luta pela liberdade, a luta pelo fim da guerra colonial, a luta pelo melhoramento das condições de vida do povo trabalhador.

É necessário *lutar para que as liberdades alcançadas não mais se venham a perder*. Temos por um lado que impedir que o uso irresponsável que delas fazem certos aventureiros se não torne o motivo invocado para limitá-las perigosamente. Temos por outro lado que defendê-las passo a passo. Se se legalizam liberdades e direitos, têm necessariamente de ser estatuídos. Pela nossa parte, lutamos para que as liberdades e direitos não sejam comprometidos pelas respectivas regulamentações. É necessário *pôr fim à guerra colonial*, e, para pôr fim à guerra, é necessário que progridam as negociações com os legítimos representantes dos povos de Guiné-Bissau, Moçambique e Angola — o P.A.I.G.C., a Frelimo e o M.P.L.A. — e para que as negociações progridam, é condição base reconhecer de facto, na política concreta diária, nas próprias negociações, o direito dos povos à autodeterminação e à independência.

Quanto à luta pelo melhoramento das condições de vida dos trabalhadores é necessário insistir nas justas reivindicações e impedir que o patronato reaccionário (que sem ir abaixo dos preços de custo, pode perfeitamente pagar o que é pedido pelos trabalhadores) faça depender a satisfação das reivindicações de medidas de protecção que exige do governo, e, mais ainda, que para conseguir que o governo ceda às suas pretensões, pretenda o apoio dos próprios trabalhadores.

Dizem alguns estar prontos a satisfazer as reivindicações dos trabalhadores, mas armadores de pesca exigem como condição que o governo lhes diminua o preço do fuel-oil; armadores da marinha mercante exigem como condição o aumento de fretes; proprietários de táxis exigem o aumento de tarifas; donos de padarias exigem o aumento do preço do pão; e assim por diante.

Quer dizer: há sectores do patronato que, afirmando demagogicamente que estão dispostos a satisfazer tudo quanto os trabalhadores reclamam (e mesmo muito

ABM

que não reclamam), e incitando os trabalhadores à greve, pretendem descarregar imediata e antecipadamente os encargos para cima do Estado e do consumidor, reconduzindo o país ao velho «círculo infernal da inflação», como se lhe chamava no tempo do fascismo.

Nós não aceitamos esta tática patronal e ela tem de ser desmascarada e combatida. Os trabalhadores defendem firmemente os seus interesses, mas nada têm que defender os interesses do patronato contra o governo.

Não cabe aos trabalhadores, em greves incitadas ou apoiadas com suspeita generosidade pelo patronato, tirar as castanhas do lume para que as comam os seus próprios exploradores.

Isso seria fazer o jogo da reacção e do fascismo e os trabalhadores não farão esse jogo.

Porque não estão dispostos a fazer esse jogo, os trabalhadores têm demonstrado compreender que, na situação actual, a greve, arma legítima, necessária e indispensável da luta reivindicativa, só em último caso, só depois de esgotadas outras formas de luta, deve ser utilizada.

A greve dos CTT é um exemplo de como uma greve não deve ser declarada nem conduzida. É o exemplo de uma greve não só inútil, como prejudicial aos trabalhadores.

Primeiro, algumas das reivindicações, como a das 35 horas semanais, eram irrealistas, demagógicas, economicamente incomportáveis.

A negociação estava em curso. Nada justificava a greve.

É evidente que o objectivo dos seus promotores não era a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Por isso nunca puseram à larga e livre apreciação dos trabalhadores, as propostas do governo. Por isso procuravam impedir os contactos dos trabalhadores dos CTT com a população. Por isso adoptaram métodos de intimidação e de decisão arbitrária de pequenos grupos.

Não. O objectivo dessa gente não era o melhoramento das condições de vida. O objectivo era paralisar um serviço fundamental para a vida do país, perturbar a vida económica e social, voltar os trabalhadores contra o governo.

Os irresponsáveis da comissão pró-sindicato, conduziram os trabalhadores dos CTT a um beco sem saída, ao isolamento em relação à população e a uma aventura cujo alcance poderia ter sido ainda mais grave.

Caberá agora aos trabalhadores dos CTT decidirem quando querem receber os aumentos que o governo aprova. Cabe-lhes, também, num amplo processo democrático, formar comissões representativas e fazer andar para diante a criação da sua organização sindical.

Camaradas:

Na situação actual, a luta pelos interesses imediatos de natureza económica não pode ser desligado das suas incidências políticas e das suas incidências na situação económica do país.

Os acontecimentos mostram que, na luta pela completa liquidação do fascismo e na defesa das liberdades, surgiu uma nova frente de luta, em que está interessado todo o nosso povo: *a luta para impedir a desorganização da vida económica e uma profunda crise económica.*

É tempo de dizer que se trata de um dos maiores perigos, se não o maior, que ameaça o caminho de Portugal para a democracia.

Uma grave crise económica que atingiria amplas camadas da população e à qual corresponderia uma agudização geral dos conflitos sociais que não só acarretaria uma vaga de desemprego e novas e sérias dificuldades económicas para os trabalhadores, como seria o terreno mais favorável para que a contra-revolução pudesse abrir caminho.

Em defesa dos interesses dos trabalhadores, em defesa dos interesses nacionais, em defesa das liberdades e da democratização, o povo português está vitalmente interessado em evitar uma tal crise e tudo devemos fazer para evitá-la.

A este respeito, gostaria de referir três aspectos.

O primeiro diz respeito às medidas que o próprio governo toma ou virá a tomar. É preciso desfazer de vez a ideia de que existe em Portugal um governo popular,

em condições de realizar profundas reformas sociais. E também não são de alimentar ilusões de que nas condições actuais os trabalhadores poderão impô-las. O governo provisório é um governo de uma muito larga coligação de forças sociais e políticas cujo programa — o Programa do Movimento das Forças Armadas — não prevê reformas profundas da estrutura económica e social. Entretanto, isso é uma coisa. Outra, e que se deve sublinhar, é que se impõem *medidas de emergência* dentro duma «*estratégia anti-monopolista*», tal como estabelece o mesmo programa. É perfeitamente possível realizá-las sem alterar as estruturas actuais da sociedade portuguesa. Pouco se avançou ainda nesta direcção. É necessário avançar.

O *segundo aspecto* diz respeito ao *funcionamento normal dos centros, sectores e serviços vitais para a vida económica do país e para a vida normal da população*. Não pode ser permitido, que empresários, invocando razões técnicas ou supostas impossibilidades financeiras ou outras, paralizem ou comprometam gravemente o funcionamento de tais centros, sectores e serviços. Estamos confiantes em que, depois das experiências da Carris de Lisboa, dos CTT e outras, os trabalhadores considerem que a regular vida económica é do seu próprio interesse e que uma crise económica só ao grande capital, à reacção e ao fascismo acabaria por aproveitar.

É justo a este respeito sublinhar a elevada consciência de classe e a justa compreensão da situação política que têm dado os trabalhadores do Norte, contribuindo assim para resolver algumas complexas e perigosas situações.

O *terceiro aspecto* diz respeito à atitude de *alguns sectores do grande capital, que parecem apostados em provocar dificuldades* não concedendo créditos, atrasando o pagamento de facturas, adiando encomendas, recusando negócios, suspendendo investimentos, etc.

Pensamos que a utilização do poder económico e a sabotagem da vida económica *como instrumento político*, para tentar impedir ou dificultar o curso da democratização, *não pode e não deve ser admitido*. Acabou por agora e faremos para que tenha acabado para sempre a época de protecção coercitiva de um Estado fascista para possibilitar a acumulação de superlucros a taxas que permitiam duplicar ou triplicar os capitais em pouco tempo. Acabou a época de salários contidos pela inexistência de uma organização sindical livre e pelo aparelho repressivo.

A grande maioria dos patrões tem completa possibilidade de satisfazer, não decerto certas reivindicações irrealistas que alguns demagogos sopram aos trabalhadores, mas importantes aumentos de salários e outras importantes e legítimas exigências. Para isso basta que diminuam a apropriação ilícita de mais valia devida às situações de monopólio, basta que deixem de auferir lucros anuais de 30 %, 40 % ou mais, que alcançaram no tempo do fascismo, e se contentem com lucros mais baixos, que se aproximem da taxa média à escala nacional. É tempo de se adaptarem a uma tal situação, que afinal lhes dá ainda grande, mesmo excessiva margem de lucros.

Diversa é a situação de *muitas pequenas e algumas médias empresas*. Muitas delas criaram-se e desenvolveram-se na base do pagamento de salários de miséria. Muitas delas viviam na base de créditos a altos juros e sempre afogadas pelos prazos de pagamento. Com a subida de salários por um lado e com os cortes ou atrasos do crédito pelos bancos, muitas pequenas empresas atravessam uma situação difícil. É necessário desbloquear o sistema do crédito, para que sejam finalmente concedidos créditos pelos quais há muito esperam as pequenas empresas. É necessário que sejam tomadas medidas relativas a mercados e a preços, que haja mudanças na política fiscal, ou seja, que, ao contrário do que acontecia no tempo do fascismo, passem a pagar mais os que mais podem e a pagar menos aqueles que dispõem de menores recursos.

Os nossos inimigos propagandeiam que *os comunistas ameaçam as pequenas empresas*. Há por aí quem recomece a tocar o velho disco anticomunista que tocavam os fascistas que os comunistas querem roubar as terras aos camponeses, as fábricas e oficinas aos pequeno industriais, as lojas aos comerciantes e assim sucessivamente. Mas a verdade é que hoje toda a gente vê que os comunistas não comem crianças, nem usam uma faca nos dentes.

ABM

A verdade é que os comunistas defendem, não só os interesses da classe operária e do campesinato, mas de todas as classes e camadas médias. Os pequenos agricultores, os pequenos industriais, os pequenos comerciantes, têm nos comunistas verdadeiros defensores dos seu legítimos interesses.

As camadas médias, que foram, no tempo do fascismo, vítimas do poder e do domínio dos monopólios, estão interessados, ao lado da classe operária e das massas trabalhadoras, na construção de um Portugal democrático.

Camaradas:

A ditadura fascista foi derrubada. Grandes vitórias foram alcançadas. Mas a reacção não se conforma. A reacção manobra e conspira.

Procura sabotar a vida económica e paralisar centros vitais.

Procura agudizar os conflitos sociais.

Procura lançar contra o Governo e contra as Forças Armadas os trabalhadores (que eles os reaccionários exploram), as pequenas empresas (que eles os reaccionários procuram estrangular e liquidar).

A reacção procura de novo lançar o anticomunismo, que os portugueses bem sabem significa, não apenas a luta contra os comunistas, mas um pretexto para a luta contra todos os democratas, para a luta contra a liberdade.

Embora escondendo ainda a sua verdadeira face, a reacção começa a querer vir à rua, como sucedeu no 10 de Junho, dia em que o povo do Porto deu a devida resposta às tentativas contra-revolucionárias.

Tal como no 10 de Junho, o povo tem de estar vigilante e não consentirá que usem e abusem da liberdade aqueles que sempre a negaram, aqueles que agora utilizam a liberdade com o objectivo de liquidá-la.

Tem-se falado muito do perigo dos *grupos esquerdistas pseudo-revolucionários*. Temos criticado e continuaremos criticando a sua actividade desagregadora e provocatória, que serve de facto a reacção e o fascismo. Consideramos que essa actividade provocatória não pode nem deve ser consentida. Mas seria um erro considerar esses grupos como o maior perigo, ou mesmo como um perigo real, pois só podem assim ser considerados na medida em que se tornam um aliado da contra-revolução. Não, camaradas. *O verdadeiro perigo para as liberdades vem da direita.*

Desmascarando e combatendo firmemente as actividades dos grupos esquerdistas pseudo-revolucionários, *é para a direita, para a reacção, para o fascismo, que devemos concentrar o grosso da nossa vigilância e do nosso combate.*

A luta continua (diferente é certo, a um sol em que brilham as liberdades fundamentais) mas uma luta ainda difícil, complexa, prolongada, que exigirá a força, a energia, a combatividade, a determinação, a *unidade* das massas populares, que, em aliança com as heróicas Forças Armadas do 25 de Abril, decidirão do futuro do país, decidirão da vitória final da liberdade, da instauração em Portugal de um regime democrático pelo próprio povo.

É nossa tarefa *reforçar a unidade da classe operária*, defender uma a unidade sindical, procurando que se mantenha nas novas estruturas, reagir firmemente contra quaisquer actividades divisionistas.

É nossa tarefa *reforçar a unidade das forças populares*, reforçar a coesão do movimento democrático unitário e estreitar os laços de cooperação entre os partidos democráticos.

É nossa tarefa *reforçar a aliança das massas populares com as Forças Armadas*, factor decisivo para assegurar o presente e o futuro.

Está nas nossas mãos, *nas mãos de todos nós, nas mãos do povo português*, assegurar o desenvolvimento do regime transitório em que vivemos e conduzir o nosso país à realização de eleições livres, nas quais o Povo português decidirá do seu destino.

VIVA O POVO PORTUENSE, DIGNO DAS SUAS GLORIOSAS TRADIÇÕES!

VIVA A UNIDADE DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS!

VIVA A ALIANÇA DAS MASSAS POPULARES COM AS FORÇAS ARMADAS!

VIVA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!